

condições análogas às que caracterizam — e nem podiam deixar de caracterizar — a administração brasileira. E isto porque o Brasil conseguiu, assim, dominar a contingência descentralizadora da auto-determinação, atingindo a unidade de sentido nacional, mas conseguida esta mediante a própria virtude da forma federativa, que também se afirma na livre solidariedade

Aliás, a recomendação formulada em Washington não ficou sem eco. Numerosa correspondência temos recebido solicitando informações não só sobre os princípios em que se apóia o Instituto, como a respeito da estrutura e funcionamento. Estes documentos demonstram alto interesse pelos resultados que o Brasil tem conseguido na experiência que vimos realizando. E de alguns dos ilustres correspondentes, homens de estudo ou de governo, já tivemos a satisfação de ouvir que a fórmula brasileira, por Vossa Excelência posta em prática com desvelado carinho, já estava ou devia estar sendo objeto de exame e adaptação em outros países do continente

Pode-se, pois, dizer que a experiência política que Vossa Excelência em boa hora empreendeu, aplicando o princípio da cooperação inter-administrativa na organização dos serviços estatísticos e geográficos brasileiros, não foi útil somente ao seu Governo, não aproveitou apenas ao Brasil. Está ao serviço da nova ordem social a que tende irresistivelmente, a comunidade das nações, e já vai contribuindo, de certa forma, para o desenvolvimento daqueles serviços no continente, promovendo um melhor e mútuo conhecimento dos povos do hemisfério, e conseqüentemente a sua crescente solidariedade na obra de renovação que juntos vão empreender, escrevendo a página mais bela na história das repúblicas irmãs das três Américas.

É nesta certeza, Sr. Presidente, que renovamos o nosso propósito de devotamento aos ideais a que servimos, apresentando a Vossa Excelência os nossos agradecimentos cívicos e os bons augúrios pela vitória e felicidade do Brasil”.

Discursou, após o Presidente da República. Iniciando o seu breve improviso, acentuou o Sr. GETÚLIO VARGAS a satisfação com que recebia a visita dos membros do Instituto. Ressaltou o acerto da solução brasileira, conjugando num único sistema, dados os seus objetivos reciprocamente complementares, os serviços de Geografia e Estatística. Aludindo à situação de desconhecimento em que vivemos, durante longos anos, em relação ao território nacional, pôs em relevo o papel histórico dos bandeirantes e aludiu, em referência à fase contemporânea, a atuação benemerita desenvolvida por COU TO DE MAGALHÃES e CÂNDIDO RONDON

O Governo está satisfeito com a atuação do Instituto, cuja presidência foi em boa hora entregue ao ânimo construtivo, capacidade de trabalho e espírito conciliador do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que tem a auxiliá-lo uma equipe de funcionários de alta competência, merecedores de elogios sem limites. É natural, porém, que num plano de tal amplitude haja lacunas a preencher, problemas a solucionar. Tudo quanto o Governo deseja é que sejam trazidas ao seu conhecimento as dificuldades que se ofereçam, para que dê pronta solução, pois não há obstáculos que possam prevalecer quando está em jogo uma obra como a do Instituto, consagrada, patrioticamente, ao progresso material e moral do Brasil.

Terminado o discurso do Presidente GETÚLIO VARGAS o Sr. Embaixador MACEDO SOARES exibiu, coleções de publicações, mapas e coletâneas de dados do censo demográfico e outros trabalhos elaborados pelos órgãos dirigentes do I. B. G. E.

RETORNO DO BRASIL AO SEIO DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

A cerimônia promovida na capital mexicana no dia 29 de maio, pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História para solenizar a volta do Brasil ao seio da sua comunidade, na qual foi delegado especial por parte do nosso país o Eng.º LEITE DE CASTRO, decorreu de modo brilhante com a presença de diretores do mesmo Instituto e técnicos mexicanos, contando ainda com a assistência do corpo diplomático acreditado naquele país

A significativa e solene reunião, que por feliz coincidência teve lugar no

mesmo dia em que, no Brasil é festejado o “Dia do Estatístico” foi presidida pelo Embaixador brasileiro ali, Sr. CARLOS DE LIMA CAVALCANTE tendo tomado assento à mesa o Eng.º D. PEDRO SÁNCHEZ, diretor executivo do Instituto; General EUGÊNIO GARCÍA MALDONADO, diretor do Serviço Geográfico do Exército Mexicano; Engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, delegado especial do Brasil, credenciado para efetivar o retorno do Brasil àquela instituição internacional e o Engenheiro ANDRÉ SIMONPIETRI, secretário da Comissão de Cartografia do referido Instituto.

Abrindo a memorável sessão falou, em primeiro lugar, o Embaixador CARLOS DE LIMA CAVALCANTE que explicou a finalidade da reunião apresentando o Eng.º LEITE DE CASTRO e dando ciência da alta missão de que o mesmo estava investido. Seguiu-se com a palavra o Dr. PEDRO SÁNCHEZ para fazer lisonjeiras considerações sobre o motivo da brilhante reunião.

Dada a palavra ao Eng.º LEITE DE CASTRO, este desincumbiu-se da sua elevada missão, cujo discurso passamos a transcrever, conforme as notas taquigráficas que recebemos, da capital do México

"Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto

Ilustres Membros do Corpo Diplomático

Minhas Senhoras, meus Senhores.

Constitui para mim honra insigne, na qualidade de emissário especial, nesta hora emocionante, em ambiência tão nobre e solene, o reingresso da minha amada Pátria — o Brasil — no conceituado e prestigioso "Instituto Pan-Americano de Geografia e História", fundado com o elevado e fecundo objetivo de congregar os cientistas das Américas, pesquisadores dos elementos das suas terras e dos gloriosos feitos de suas gentes.

Instituído em 1928, pela VI Conferência Internacional Americana, que a União Pan-americana realizou em Havana, teve o I P G H efetiva instalação no ano de 1929, nesta esplendorosa Cidade do México, onde se verifica terem as sólidas tradições astecas moldado um povo grandioso, que se projeta altaneiro no Novo Mundo.

O Brasil figura no quadro dos fundadores do I P G H, e, durante 10 anos, de 1929 a 1939, foi o meu país um dos seus membros efetivos, com a particularidade, honrosa para os brasileiros, de ter sido o Rio de Janeiro sede da I Assembléia Geral do Instituto, que se verificou em dezembro de 1932.

Em 1940, todavia, deliberou o Governo brasileiro reexaminar a adesão do Brasil e assim, retirou-se do Instituto, em caráter temporário. É oportuno, sem dúvida, esclarecer os motivos pelos quais assim agiu o Brasil, afastando-se do Instituto e agora voltando ao seu seio, com tanto empenho e interesse.

O Brasil, meus senhores, experimentou, nos últimos anos, notável evolução, não somente no setor econômico, como também nos setores social, político e cultural.

Nessa evolução observa-se um sentido profundamente realista, e talvez, por isso mesmo, de feição caracteristicamente geográfica. Há no Brasil de hoje, entre governantes e governados, um generalizado e admirável senso de

realidade. Seja nas atividades internas, seja na atuação externa, nós brasileiros temos agora a preocupação fundamental da eficiência. Em todas as iniciativas procura-se dar objetividade proveitosa. Há o estudo cuidado que proporciona o conhecimento exato dos problemas, esse conhecimento por sua vez permite o estabelecimento de um plano de atuação, que hábilmente previsto de acordo com possibilidades reais, conduz as atividades para um provimento efetivo de resultados satisfatórios e amplos.

A atuação do Brasil no I P G H não satisfazia, a sua contribuição científica não era suficientemente expressiva, nem a participação nos empreendimentos à altura das suas tradições culturais. Resolveu então o Governo brasileiro reexaminar a adesão do Brasil, suspendendo-a temporariamente, enquanto a geografia nacional se aparelhasse convenientemente para poder reparar condignamente, em um cotejo internacional. Atitude bem louvável esta de se estabelecer primeiramente uma estrutura interna sólida para depois se cogitar da participação externa, em condições prestigiosas.

Tratou então o Brasil de ampliar e consolidar a sua organização geográfica. Criou o Conselho Nacional de Geografia como organismo de coordenação e supervisão das atividades geográficas no país, e o Conselho, no cumprimento da sua ingente missão tem ampliado e aperfeiçoado as oficinas então existentes, tem conseguido a criação de novas oficinas que foram julgadas indispensáveis para atuarem em determinadas regiões, ou em determinadas especializações, tem uniformizado métodos e processos dos trabalhos geográficos, e assim, levou a efeito grandes planos, campanhas e empreendimentos científicos, de caráter nacional, mediante a movimentação coordenada e harmônica dos seus múltiplos serviços geográficos.

Volta, portanto, o Brasil ao seio do Instituto, pleno de vitalidade geográfica, animado dos melhores propósitos e em condições de prestar real e valiosa colaboração.

A responsabilidade desse reingresso é enorme. Basta relancear o que é e o que faz o I P G H, o qual se impõe, no cenário internacional como um organismo vivo, fecundo, laborioso, a movimentar iniciativas e empreendimentos de marcado valor científico.

Fazem parte do Instituto, agora, com o reingresso do Brasil, todos os países das Américas, menos a valorosa Argentina que certamente, dentro de futuro muito próximo, concretizará a sua esperada e prestigiosa adesão.

As publicações do Instituto são numerosas e constituem valiosa biblioteca especializada sobre geografia, história,

etnografia, antropologia, geologia, cartografia, porquanto compreende: 1) — 71 monografias acêrca de assuntos direta e indiretamente relacionados com a Geografia e a História das Américas; 2) — Dois mapas oficiais, um de Honduras - 1933, outro de Costa Rica - 1941; 3) — Três revistas periódicas de grande valor: o *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana* que, inaugurado em 1937, apresenta 5 volumes substanciais; a *Revista de História da América*, que, desde 1935 publicou 16 números excelentes; e a *Revista Geográfica* a qual, (mais recente, lançada em 1940), já editou 6 exemplares valiosos. Trabalhos de campo também tem o Instituto executado, como os estudos geofísicos e geológicos de tôda a América Central, e as pesquisas sôbre a origem do Puerto de Acapulco, muitos outros estudos de gabinete tem efetivado em colaboração intelectual com renomadas instituições científicas das Américas, como a Carnegie Institution, a Smithsonian Institution, a Guggenheim Foundation, a Rockefeller Foundation, e a American Geographical Society. Recolhe ainda o Instituto, na sua sede, abundante documentação geográfica, cartográfica e histórica das Américas, pois a biblioteca já reúne 30 mil volumes de obras importantes e a mapoteca alentada quantidade de mapas de grande valor.

Com respeito às conferências internacionais, o Instituto realizou três assembléias gerais a de 1932, no Rio de Janeiro, a de 1935, em Washington, e a de 1941 em Lima, nas quais foram estudadas importantes questões científicas sôbre problemas geográficos e históricos das Américas; além disso, promoveu a I Reunião Pan-americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada em Washington em 1943, e tem participado ativamente de reuniões internacionais importantes, como sejam o VIII Congresso Científico Americano — México, 1935 — o VIII Congresso Científico Americano — Washington, 1940, e a Reunião da União Internacional de Geodésia e Geofísica, Washington, 1939. Por êsses dados, que não são completos, verifica-se quão extensa, profunda e valiosa é a obra do I P G H, e portanto como é grande a responsabilidade do Brasil ao voltar ao seu seio, com o propósito de corresponder a tão desenvolvidas atividades.

Posso entretanto afirmar, e o faço com orgulho, que o meu país corresponderá a êsse propósito, porque no

Brasil de hoje há uma notável consciência geográfica, que se manifesta não só nas atividades científicas, senão também nos problemas econômicos e políticos.

A atual situação política do Brasil é, por exemplo, uma magnífica página de geopolítica. Não dessa geopolítica dos totalitários, convertida tendenciosamente em fundamento científico dos conflitos, mediante teorias de aplicações extravagantes como a dos espaços vitais — pobre ciência geográfica! — mas sim dessa geopolítica verdadeira, construtiva, que imprime aos problemas políticos e econômicos, soluções adequadas, naturais, harmônicas, de acôrdo com as condições do ambiente, de modo que homem e natureza bem se ajustem.

Somente num regime de essência democrática — democrático não tanto na forma clássica, mas no fundo, substancialmente, como reflexo real da nacionalidade, — consegue fazer o que o Brasil fêz e está fazendo, com fatos e não com palavras.

Aos críticos escapa sistemáticamente a consideração das particularidades da Geografia brasileira, o que é indispensável para que bem se compreenda e se possa interpretar o fenômeno econômico-político no Brasil.

Dotado de um território imenso, — 8 500 000 quilômetros quadrados, o Brasil apresenta regiões distintas, geograficamente distintas, as quais oferecem aspectos fisionômicos, condições de vida desiguais. Para dar um exemplo é rara na ciência geográfica a coexistência de regiões tão distintas, uma ao lado da outra, como as regiões amazônica e nordestina do Brasil. Na amazônica, que tem por eixo o equador terrestre, as chuvas são abundantíssimas, a floresta gigantesca, o clima úmido e quente sem variações, o terreno de formação quaternária aluvional, a economia com base na imprópriamente chamada — indústria extrativa — (borracha, madeiras, cacau, etc.) No Nordeste, que fica ao lado da Amazônia, as condicionantes são completamente outras: quase não chove e a chuva é extremamente irregular, provocando secas terríveis, a vegetação é a "caatinga", vegetação raquítica, esparsa; o terreno é arqueano, de relevo mais ou menos movimentado, a economia é sobretudo agrícola e mineral.

Duas regiões colaterais mas tão distintas, que geram economias distintas, atitudes humanas distintas, solu-

ções distintas para seus problemas. Do mesmo modo, as demais regiões do país apresentam características próprias.

Compreende-se portanto a importância da consideração do fator *terra* na administração brasileira, e a sua extrema delicadeza, pois a diferenciação geográfica há de ser necessariamente um fator de diferenciação econômica e política.

Portanto, nós outros brasileiros, donos de um país grande e novo, a bem dizer em formação ainda, temos, de uma maneira muito mais importante e delicada, a condicionante geopolítica.

Praticávamos, até pouco tempo, a democracia formal, baseada na federação seccionalista, com a qual corriamos o grave risco do fracionamento do país, conforme sintomas que já se faziam sentir de maneira alarmante, na vida nacional.

Surgiu então a Revolução de 1930, racionalizadora, realista, construtiva, a qual implantou no Brasil, depois de várias experiências e tentativas, o federalismo nacionalista. Imprimiu-se então um sentido nacional às soluções dos problemas políticos, sociais e econômicos. A vinculação ao centro é a característica fundamental do regime para que o Governo central possa dar rumos certos, uniformes e nacionalmente orgânicos aos movimentos da evolução do país.

O Governo central realiza a uniformização, concretiza a centralização normativa e os governos locais, em regime efetivamente federativo, têm a missão executiva.

Realizamos assim uma nova e original prática do federalismo, conveniente à nossa evolução e aos nossos destinos, a qual se resume na centralização normativa e na descentralização executiva.

Como vêem, meus senhores, vive o Brasil uma grande realidade, que o conduz a passos rápidos e largos, ao seu destino glorioso, e nessa realidade sobressalta uma notável consciência geográfica.

Embebido dessa mesma consciência, reingressa o Brasil no prestigioso I P G. H., convicto também de que aqui se pratica o melhor e o mais fecundo dos pan-americanismos — o pan-americanismo da técnica e da ciência ou seja o pan-americanismo da realidade.

Na guerra como na paz, a ciência e a técnica constituirão sempre a infraestrutura do arcabouço político. Ganharão a guerra atual, mais do que os generais que movimentam hábilmente soldados, máquinas e munições, os cientistas que, nos laboratórios silenciosos, depois de pesquisas pacientes, resolvem problemas transcendentes, que tornam o soldado mais capaz, a máquina mais possante, a munição mais destruidora.

O laboratório que conseguir mais octanas para a gasolina terá assegurado o predomínio dos ares, e então, valerá de fato mais o sábio do que o general, embora maiores não lhe sejam as glórias. Volta pois o Brasil ao seio de I P G H., animado de grandes propósitos e fundamentado numa esclarecida consciência geográfica.

Doravante, colaborará dedicada e plenamente nos trabalhos do Instituto, trazendo os ensinamentos de sua experiência própria, e doutra parte, recolhendo os conselhos da experiência alheia. Para iniciar tal colaboração, o Brasil já está dando, desde logo, organização e sede à II Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, que se realizará em agosto vindouro no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia, que, nos preparativos do certame, emprega os seus melhores esforços e a mais dedicada atuação.

E assim será, sempre, doravante. Tudo isso, como contribuição sincera do Brasil para que seja a técnica geográfica instrumento de maior e melhor união dos povos das Américas, que, cada vez mais, estão dando ao Mundo o exemplo da solidariedade humana, fórmula cristã que há de prevalecer na consciência universal.

Depois de falar o Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, do Brasil, o Embaixador LIMA CAVALCANTE encerrou a significativa cerimônia sendo servido, após, aos presentes, um *lunch*.

A tarde daquele mesmo dia o Embaixador CARLOS DE LIMA CAVALCANTE ofereceu um *cocktail* na Embaixada Brasileira, ao Eng.º LEITE DE CASTRO, ao qual esteve presente o Corpo Diplomático acreditado no México.